

Instituto BRF

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 254PA-059-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto BRF
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto BRF (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto BRF em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

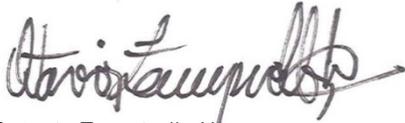
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Octavio Zampirolo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

Instituto BRF

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	526	785
Aplicações financeiras	5	9.475	5.322
Créditos diversos	-	9	22
Total do ativo circulante		9.993	6.129
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	1.620	2.553
Total do ativo não circulante		1.620	2.553
Total do ativo		11.630	8.682

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	-	52	93
Impostos a recolher	-	4	11
Adiantamento de projetos restritos	8.c.	4.350	818
Total do passivo circulante		4.406	922
Patrimônio líquido	7		
Patrimônio social		7.760	4.862
Superávit (Déficit) acumulado		(536)	2.898
Total do patrimônio líquido		7.224	7.760
Total do passivo e patrimônio líquido		11.630	8.682

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receitas operacionais			
Contribuições e doações recebidas	8.a	-	5.018
Receita com projetos restritos	8.b	3.429	3.202
Gratuidades recebidas	10	1.020	1.448
Serviços voluntários	11	547	667
Total das receitas operacionais		4.996	10.335
Despesas operacionais			
Despesas gerais aplicadas em projetos	9	(4.046)	(5.613)
Gratuidades recebidas	10	(1.020)	(1.448)
Serviços voluntários	11	(547)	(667)
Despesas gerais e administrativas	12	(799)	(584)
Total das despesas operacionais		(6.412)	(8.312)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.416)	2.023
Receitas financeiras		880	875
Superávit (Déficit) do exercício		(536)	2.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Superávit (déficit) do exercício	(536)	2.898
Resultado abrangente do exercício	(536)	2.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.683	179	4.862
Incorporação ao patrimônio social	179	(179)	-
Superávit do exercício		2.898	2.898
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.862	2.898	7.760
Incorporação ao patrimônio social	2.898	(2.898)	-
Déficit do exercício	-	(536)	(536)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.760	(536)	7.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto BRF

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	(536)	2.898
Variação nos ativos e passivos		
Créditos diversos	13	(22)
Fornecedores	(41)	(50)
Impostos a recolher	(7)	6
Adiantamento de projetos restritos	3.532	(3.052)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2.961	(220)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(3.220)	(504)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(259)	(724)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(259)	(724)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	785	1.509
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	526	785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Instituto BRF (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 05 de abril de 2012, domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 25ª andar, sala 02, Torre A2, Condomínio Parque da Cidade, Bairro Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-, cujo início do recebimento das doações deu-se a partir de outubro de 2012. O Instituto BRF tem como papel contribuir para que a BRF S.A. (“BRF”) seja uma Empresa global comprometida com a promoção do desenvolvimento local das comunidades das quais faz parte. Seu trabalho consiste em coordenar os investimentos sociais da BRF de forma que sejam relevantes para a sociedade como um todo.

O modelo de atuação do Instituto BRF tem por premissa fortalecer o protagonismo dos parceiros e colaboradores da BRF focando a melhoria da qualidade de vida das comunidades; com isso, as ações realizadas contribuem para oferecer oportunidades de educação e lazer, promovendo ocupação e transformação de espaços públicos coletivos e a transferência de conhecimento (inclusive técnico/especializado), buscando mudanças positivas de hábitos e com foco na melhoria dos serviços prestados.

Os gestores dos projetos sociais desenvolvidos se reúnem periodicamente com a equipe do Instituto BRF, por conferência, a fim de acompanhar indicadores do trabalho e tomar decisões de forma participativa. O Conselho do Instituto BRF é composto de lideranças da BRF, e as gerências locais são envolvidas nos processos e estruturas de governança.

O orçamento aprovado do Instituto BRF para o ano de 2024 assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à pequenas e médias empresas (CPC PME) e Interpretação Técnica ITG 2002(R1) – “Entidades sem finalidade de lucros” (ITG 2002).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em real, que é a sua moeda funcional.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Instituto requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A administração do Instituto não identificou situações que tenha gerado julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais políticas contábeis materiais

O Instituto aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Apuração do superávit ou déficit

As receitas do Instituto são provenientes de doações com e sem restrições. As receitas com repasses e doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas entre as partes, são registradas no passivo, na conta “Adiantamentos de projetos restritos”, sendo a receita de repasse a doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas.

O único mantenedor do Instituto para os anos de 2024 e de 2023 foi a BRF S.A. O Instituto recebeu doações de outras empresas que representaram apenas doações pontuais.

As despesas relacionadas aos projetos são reconhecidas pelo regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata provenientes de sobras de caixa, as quais podem ser resgatadas a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização.

d) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras que não se espera que sejam resgatas antes de 90 dias, incluindo saldos livres de restrição e saldos com restrição de uso em projetos específicos, devidamente descritas nas Notas Explicativas nos 4 e 5. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização.

e) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto, em razão de não ter fins lucrativos, não está sujeito ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit apurado em função de gozar de isenção tributária.

f) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade de sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação de tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

São considerados objetos da renúncia os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e Cofins de 7,6% - regime não cumulativo) e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL de 34%).

g) Patrimônio social

Constituído por doações recebidas acrescidas ou diminuídas do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração de resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Depósitos bancários de curto prazo - Projetos sem restrição	508	407
Depósitos bancários de curto prazo - Projetos com restrição	18	378
Total	526	785

Os depósitos bancários referem-se a operações de renda fixa, compostas por CDB - Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações financeiras

	2024	2023
Aplicação financeira - Projetos sem restrição	5.221	5.749
Aplicação financeira - Projetos com restrição	5.874	2.126
Total	11.095	7.875

Circulante	9.475	5.322
Não circulante	1.620	2.553
Total	11.095	7.875

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário.

6. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros da alta administração do Instituto. O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

7. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participações no seu superávit. O superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio líquido após deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

8. Contribuições e doações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto recebeu doações sem restrição do Instituto Sadia (encerramento das atividades e repasse de saldo para o Instituto BRF) e doações com restrição de sua sociedade Mantenedora (BRF S.A., R\$2.088.712,39), da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF (execução de ações do Programa de Voluntariado), da Marfrig S.A (referente à Campanha de Matchfunding +Juntos Pelo Sul, com foco em apoiar os municípios atingidos pelas enchentes de 2024), da Adm Do Brasil LTDA, da Associação Sul Brasileira Das Industrias De Produtos Suínos, da Dannemann Siemsen Bigler e Ipanema Moreira Propriedade Industrial LTDA, Fibrosa S.A, da Viscofan Do Brasil Socied Coml Indl LTDA e doações pontuais com restrição de pessoas físicas pontuais realizadas para apoio à Campanha + Juntos pelo Sul, via pix, conforme registros realizados em extratos bancários do Instituto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

a) Receitas sem restrição

	2024	2023
BRF S.A.	-	5.018
Total	-	5.018

b) Receitas com restrição

As receitas com restrição referem-se a doações que a Entidade recebeu com destinação específica, vinculadas à realização de projetos acordados entre as partes.

	2024	2023
Fundo Educação (Covid-19)	805	3.063
Projeto- Credi BRF	10	48
Fundo de Ajuda Humanitária + Juntos Pelo Sul	2.722	91
Total	3.429	3.202

c) Adiantamentos de projetos restritos

A seguir demonstramos a movimentação dos projetos:

Projeto	Doador	Valores recebidos		Gastos nos projetos	
		2023	em 2024	2023	2024
Fundo Educação (Covid-19)	BRF S.A.	807	-	(805)	2
	Cooperativa de Economia e Crédito				
Projeto - Credi BRF	Mútuo BRF	11	15	(10)	16
Fundo de Ajuda Humanitária + Juntos Pelo Sul		-	6.946	(2.722)	4.224
Total		818	6.961	(3.537)	4.242

Projeto	Doador	Valores recebidos em		Gastos nos projetos	
		2022	2023	2022	2023
Fundo Educação (Covid-19)	BRF S.A.	3.870	-	(3.063)	807
	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF				
Programa de Voluntariado - Credi BRF		-	59	(48)	11
Fundo de Ajuda Humanitária + Juntos Pelo Sul		-	91	(91)	-
Total		3.870	150	(3.202)	818

9. Despesas gerais aplicadas em projetos

Os valores a seguir referem-se aos recursos investidos em projetos com e sem restrição:

	2024	2023
Projetos de Desenvolvimento Comunitário (a)	(509)	(2.030)
Projeto Credi BRF	(10)	(11)
Fundo Educação - Covid-19 (c)	(805)	(2.986)
Fundo de Ajuda Humanitária + Juntos Pelo Sul (e)	(2.722)	(91)
Total	(4.046)	(5.118)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais aplicadas nas principais atividades do Instituto:

2024	Projetos de Desenvolvimento Comunitário (a)	Projeto Credi BRF (b)	Fundo de Educação (c)	Fundo de Ajuda Humanitária + Juntos Pelo Sul (d)	Total
Doações e colaborações a terceiros	-	-	(150)	(2.722)	(2.722)
Despesas gerais para manutenção dos projetos	(206)	-	-	-	(206)
Consultoria de projetos	(303)	-	-	-	(303)
Consultoria de projetos restritos	-	(10)	(655)	-	(665)
Total	(509)	(10)	(805)	(2.722)	(4.046)

2023	Projetos de Desenvolvimento Comunitário (a)	Projeto Credi BRF (b)	Fundo de Educação (c)	Fundo de Ajuda Humanitária (d)	Total
Doações e colaborações a terceiros	-	-	-	(91)	(91)
Despesas gerais para manutenção dos projetos	(1.055)	-	-	-	(1.055)
Prestação de serviços de terceiros	(250)	-	(46)	-	(296)
Consultoria de projetos	(621)	-	(2.258)	-	(2.879)
Consultoria de projetos restritos	(104)	(11)	(682)	-	(797)
Total	(2.030)	(11)	(2.986)	(91)	(5118)

a) Projetos de Desenvolvimento Comunitário

Em sua essência, o Instituto BRF se dedica a transformar positivamente as comunidades onde a companhia está presente por meio de iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável dos municípios. Entre os principais objetivos das iniciativas do estão: garantir acesso ao alimento, fortalecer o relacionamento e o desenvolvimento das comunidades, disseminar tecnologias sociais, fomentar a inclusão socioeconômica e promover pautas solidárias e cidadania corporativa entre os colaboradores da BRF. Neste sentido, em 2023 e 2024 os investimentos diretos do Instituto BRF concentraram-se em duas temáticas e, em paralelo, na execução de Fundos para ações específicas. Os projetos de Desenvolvimento Comunitário também abarcaram o Programa Voluntários BRF.

Em 2024, 04 iniciativas receberam investimentos do Instituto BRF dentro do escopo de Projetos Comunitários:

- **Comunidade Empreendedora:** Iniciativa em parceria com o SEBRAE, com foco em ensino de conteúdos de empreendedorismo para pequenos negócios na Aldeia Tengatuá Jaguapiru, em Dourados (MS). Ao todo foram contempladas 53 pessoas com as formações.
- **Vivência Oásis:** Iniciativa realizada pelo Instituto Elos, em Lucas do Rio Verde (MT), que consistiu em um processo de diagnóstico socio territorial do Bairro Tesele Jr, identificação de lideranças comunitárias e mobilização da comunidade e dos voluntários BRF para desenvolvimento de uma iniciativa que atendesse os desejos da comunidade para fortalecimento do território. Com a Vivência, o Instituto BRF apoiou com materiais para reforma de Biblioteca no bairro, além de realização de feira de produtos alimentícios e realização de campeonato esportivo.
- **Padaria Flor de Cajueiro:** Investimento realizado junto ao Instituto Projeto Dom de Deus, em Vitória de Santo Antão (PE), com foco no desenvolvimento de um negócio social: uma padaria gerida por mães dos alunos atendidos pelo projeto, no qual a renda obtida com a venda dos alimentos é revertida para manutenção das atividades da Organização.
- **Programa Voluntários BRF:** gestão de 49 Comitês de Impacto Social para realização de ações voluntárias nos territórios com presença do Instituto BRF. O instituto define anualmente calendário de ações junto aos Comitês e faz a gestão dos indicadores atrelados às agendas estratégicas do IBRF (Alimentação e Educação). Em 2024 foram realizadas mais de 600 ações, beneficiando diretamente mais de 90 mil pessoas em diferentes regiões do Brasil.

b) Projeto Credi BRF

Em 2023 e 2024 a Cooperativa de Crédito de Economia e Crédito Mútuo BRF (Credi BRF) realizou doação financeira para que o Instituto BRF realizasse ações específicas de Voluntariado dentro das temáticas de Educação e Desenvolvimento Comunitário nos territórios com presença da BRF e da Credi BRF. Foram realizadas ações nos municípios de Rio Verde, Videira, Lucas do Rio Verde, Capinzal e Uberlândia no período.

c) Fundo de Educação – Covid-19

Em virtude dos impactos de longo prazo da pandemia de Covid-19 sobre a Educação, a BRF destinou, em 2022, R\$ 5 milhões para que o Instituto BRF aporte em projetos que contribuam diretamente dentro da agenda de educação e empreendedorismo. A doação deu origem ao Fundo de Educação do Instituto BRF, que apoia programas e iniciativas com foco em redução da defasagem escolar, empreendedorismo, educação digital, ensino profissionalizante e formação continuada de professores e alunos. Em 2024 foram implementadas todas as iniciativas selecionadas no Programa Nossa Parte pela Educação, que resultou em projetos com foco na redução dos gaps de educação nos municípios de Videira (SC, Paranaguá (PR), Vitória de Santo Antão (PE), Uberlândia (MG), Marau (RS) e Dourados (MS), resultando em mais de 4 mil pessoas diretamente beneficiadas, entre alunos e professores. No período, dentro do mesmo Fundo, o Instituto também investiu em iniciativa em Lucas do Rio Verde (MT) com foco no apoio à inclusão e educação de migrantes no território.

d) Fundo de Ajuda Humanitária/Fundo +Juntos Pelo Sul

O Instituto BRF criou em 2015 o Fundo de Ajuda Humanitária destinado ao auxílio aos colaboradores da BRF em emergência oriunda de desastres ambientais e sinistros. Não tem como objetivo ressarcir, mas sim, atuar como um auxílio financeiro para construção e/ou reconstrução, necessidades básicas, alimentação e assistência social dos colaboradores. Em 2023, todo o recurso do Fundo foi utilizado em apoio às vítimas das enchentes que atingiram Lajeado, em setembro do mesmo ano. Em maio de 2024, com as novas enchentes que atingiram todo o Estado do Rio Grande do Sul, o Instituto BRF em conjunto com sua Mantenedora, BRF S.A., e com a Marfrig S.A., lançaram uma Campanha de Matchfunding no qual para cada real arrecadado, BRF e Marfrig fariam aporte de mesmo valor cada uma. A Campanha alcançou o valor total de R\$ 6,9 milhões a serem direcionados exclusivamente pelo Instituto com foco em apoiar as comunidades atingidas no Rio Grande do Sul. Em 2024, foram realizadas 02 fases de uso do recurso. Em 2025 novas fases de aportes estão previstas para contemplar o Vale do Taquari e a Região Metropolitana de Porto Alegre.

e) Fundo Nossa Parte Pelo Todo

Em 2021, o Instituto BRF atuou no investimento de R\$ 2,8 milhões em iniciativas que tivessem como foco o fomento à gestão pública em saúde e o enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19. Para tanto foi formalizada parceria com o Instituto Votorantim para implementação do Programa de Apoio à Gestão Pública em Saúde em 7 municípios BRF (Lucas do Rio Verde, Buriti Alegre, Ponta Grossa, Paranaguá, Vitória de Santo Antão, Marau e Lajeado). Em paralelo, o IBRF deu continuidade ao Edital Fundo Nossa Parte Pelo Todo, lançado no final de 2020, com a seleção de projetos inscritos em três frentes de patrocínio e apoio institucional: Saúde e Ações Emergenciais; Geração de Trabalho e Renda e Educação e Inclusão Tecnológica. Ao longo do ano, foram selecionados 50 projetos de organizações privadas e públicas, contemplando 17 municípios com presença BRF. Todos os repasses de recursos aos projetos selecionados pelo Fundo foram realizados em 2022. Durante o ano de 2023 e de 2024 alguns projetos tiveram continuidade, mas sem repasse de recurso, apenas acompanhamento da execução de indicadores de projeto, é o caso do Projeto Capacita Juventude, realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Cidadania do Mato Grosso do Sul, com foco em ensino de informática e acessibilidade digital no Município de Dourados.

10. Gratuidades recebidas

Por decisão estratégica da BRF S.A. e com base em assessoria de terceiro contratada, os funcionários permaneceram na Folha de pagamento Instituto BRF até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, todos os funcionários foram migrados para a folha de pagamento da BRF S.A., sendo ela a responsável pela gestão dos recursos humanos. A operação e condução do Instituto BRF continuaram com os mesmos funcionários, de forma cedida pela BRF S.A. A mensuração da folha é feita pela Mantenedora BRF S.A. e enviada para o Instituto fazer a divulgação do valor.

O Instituto também utiliza de toda estrutura física oferecida pela mantenedora e contabiliza como gratuidade. A mensuração é feita através de cálculo de rateio por número de funcionário de metros quadrados utilizados.

Abaixo o valor estimado do custo dos funcionários e também da estrutura física cedida pela BRF S.A. para o Instituto BRF em 2024 e 2023:

	2024	2023
Gratuidades recebidas	1.020	1.448
Total	1.020	1.448

11. Serviços voluntários

Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Entidade mensurou o custo do serviço voluntário dos Conselheiros e dos voluntários aos projetos/ações do Instituto, de forma a considerar o que efetivamente seria desembolso financeiro.

Para mensuração dos serviços voluntários foram estabelecidos os critérios a seguir:

- **Serviços voluntários:** utilizado como base o salário médio por hora de cargo vigente fornecido pelo departamento de recursos humanos da mantenedora e o total de horas dispendidas nas execuções de projetos por todos os voluntários;
- **Projetos/ações:** utilizado como base o salário-mínimo vigente e o total de horas dispendidas nas execuções de projetos por todos os voluntários, conforme lista de presença; e
- **Comitês:** utilizado como base o salário médio por hora de cargo vigente fornecido pelo departamento de recursos humanos da mantenedora e o total de horas dispendidas nas execuções de projetos por todos os voluntários.

	2024	2023
Serviços voluntários - Diretores e conselheiros	(21)	(70)
Comitês	(526)	(597)
Total	(547)	(667)

12. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com comunicação (a)	(409)	(379)
Despesas com honorários contábeis	(58)	(54)
Despesas com associações de classe	(59)	(17)
Despesas com manutenção de software	(40)	(37)
Outras despesas administrativas	(115)	(66)
Despesas com passagem aérea	(118)	(31)
Total	(799)	(584)

(a) Refere-se aos serviços da agência de comunicação, a qual fez a tratativa da gestão de presença digital do Instituto, planejamento, criação de arte e textos digitais. Outro pilar de atuação foi na manutenção do site, com atividades de criação de novas páginas e performance do site do Instituto BRF.

13. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Instituto não efetua aplicações de caráter especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Instituto. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a) Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras do Instituto, conforme o quadro a seguir:

Descrição	2024		2023	
	Ativos avaliados ao custo amortizado	Passivos avaliados ao custo amortizado	Ativos avaliados ao custo amortizado	Passivos avaliados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	526	-	785	-
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	11.095	-	7.875	-
Passivos				
Fornecedores	-	52	-	93

b) Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição de riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Valor contábil	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	526	785
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	11.095	7.875
Total	11.621	8.660

O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras está limitado às contrapartes com notas de crédito consideradas como Grau de Investimento. A concentração do risco e quaisquer aplicações com contrapartes de notas inferiores ao Grau de Investimento são monitoradas constantemente, conforme classificação de rating e concentração do portfólio do Instituto, em linha com os requisitos aplicáveis de redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto mantinha aplicações financeiras na instituição financeira Banco do Brasil.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	03 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Ativos financeiros não derivativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	526	526	-	-
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	11.095	-	9.475	1.620
Total	11.621	526	9.475	1.620

	Valor contábil	06 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	52	52	-	-
Total	52	52	-	-

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

14. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;

* * *